

Recesso é recebido com alívio

1 * JUL 1995

O GLOBO

BRASÍLIA — Os poucos parlamentares que ainda estavam ontem no Congresso não escondiam a satisfação com a chegada do recesso. Apesar do cansaço, os líderes dos partidos governistas comemoravam o final de um dos semestres mais produtivos dos últimos anos.

— O trabalho no segundo semestre vai continuar em ritmo acelerado, ainda que os debates sejam mais pulverizados. Este semestre foi tão sobrecarregado para os líderes que, às vezes, tenho que tomar cuidado quando estou tomando sorvete para não enfiá-lo na testa — brincou o líder do PDT na Câmara, Miro Teixeira (RJ).

As atividades no Legislativo, de fato, somente terminam nesta segunda-feira, quando o Senado votará a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a emenda que abre o setor de telecomunicações à iniciativa privada, em primeiro turno. Se os senadores não tivessem insistido na votação da emenda ainda no primeiro semestre, os trabalhos teriam terminado ontem. Para conseguir a prorrogação, porém, os líderes governistas no Senado obstruíram, na última quarta-feira, a votação da LDO. A manobra exigirá que 86 deputados estejam na Casa para que os senadores votem a LDO e o recesso comece oficialmente.

— Para se ter uma idéia do ritmo de trabalho é só pegar a



Câmara discute a emenda que acaba com o monopólio no gás canalizado

pauta de votações desta última semana. Em quatro dias a Câmara votou a LDO, a Lei de Concessões e a MP do Real, além de derrubar o pedido de urgência do projeto que tabela os juros em 12% ao ano — disse o líder do PSDB na Câmara, José Aníbal (SP).

A Câmara superou as expectativas mais otimistas. Quase sempre com o plenário lotado, os deputados votaram em dois turnos as cinco emendas constitucionais ao capítulo da Ordem Econômica. Foram aprovadas as

emendas que flexibilizam os monopólios de telecomunicações, da Petrobras e do gás canalizado, a que acaba com a reserva de mercado para as embarcações nacionais na navegação de cabotagem e a que altera o conceito de empresa brasileira.

— Em nove anos nesta Casa nunca vi coisa igual — disse o vice-líder do Governo, deputado Benito Gama (PFL-BA), que se preparava ontem para um fim de semana de praia na Bahia, mas garantindo que estará de volta na segunda-feira.

Em agosto, reformas do Estado e tributária

SÃO PAULO — O ministro da Justiça, Nélson Jobim, disse que o Governo vai aproveitar o recesso parlamentar, em julho, para iniciar as discussões com o Congresso sobre as reformas administrativa e tributária. A intenção, segundo o ministro, é apresentar as propostas para que sejam votadas no Congresso em agosto. Com relação à reforma política, Jobim informou que o Governo espera que as comissões especiais da Câmara e do Senado formulem primeiro suas propostas.

Na reforma tributária, o ministro considera que a maior batalha será pela desoneração das exportações e dos investimentos de capital. Segundo ele, a questão envolve três pontos polêmicos: as divergências entre Poder Público e contribuinte; entre União, estados e municípios; e entre as regiões Sul e Sudeste contra Norte e Nordeste.

Jobim não quis fazer uma previsão sobre o prazo para a votação da reforma tributária, explicando que não há obrigatoriedade de votá-la este ano devido ao princípio da anualidade tributária. Segundo o princípio, um tributo não pode entrar em vigor no ano em que é criado. Mas ele não vale para a fusão ou a extinção de tributos.